

O JOVEM SURDO E O ENSINO SUPERIOR: CONQUISTAS, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS.

Cristiane da Silva Armesto¹

Resumo:

O presente artigo visa apresentar a relação dos jovens surdos brasileiros com o ingresso e a permanência no Ensino Superior, apontando as conquistas, em termos de legislações, desse grupo historicamente estigmatizado e algumas questões sobre as dificuldades enfrentadas no ingresso e nas relações sociais no meio universitário. Esses elementos servirão de base para a pesquisa de mestrado em andamento que buscará entrevistar jovens surdos, levando em consideração as suas especificidades da cultura surda, para entender quais são suas perspectivas em relação sua própria condição de jovem, com ênfase nas expectativas e desafios presentes tendo em vista o ingresso e a permanência no Ensino Superior e quais elementos de sua trajetória até o presente momento possam ter influenciado nessas perspectivas.

Palavras-chave: Jovens, Surdos, Juventude, Ensino Superior, Diferença.

Introdução

Este trabalho visa apresentar a relação dos jovens surdos brasileiros com o ingresso e a permanência no Ensino Superior, levantando dados e conceitos que servirão de base para o desenvolvimento de uma tese de mestrado a respeito do ingresso de jovens surdos o Ensino Superior no Estado de São Paulo.

Ele será dividido em três partes, a primeira fará uma breve apresentação a respeito da luta política desde o acesso à Educação Básica até o Ensino Superior, apontando as conquistas desse grupo historicamente estigmatizado. Em um segundo momento serão apresentados alguns obstáculos enfrentados por jovens universitários, dando uma atenção maior as especificidades dos jovens surdos. Na terceira e ultima parte será apresentada a situação atual da pesquisa sobre jovens surdos, tendo como base o Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação (SPOSITO, 2009). Por fim, serão apresentadas as considerações e os próximos passos da pesquisa de mestrado em andamento.

¹ Pedagogia formada pela FEUSP. Aluna do Programa de Pós-Graduação da FEUSP, na área de Sociologia da Educação sob a orientação da Professora Doutora Marília Pontes Sposito.

A luta pelo acesso ao Ensino Superior

A discussão sobre a educação dos surdos é longa e complicada, porém é possível apontar duas vertentes principais que são defendidas atualmente, que são a educação bilíngue e a inclusão na escola regular. Muitos estudiosos do assunto, inclusive, defendem que as duas formas sejam aplicadas simultaneamente, dando ao surdo a possibilidade de ter uma educação bilíngue nos primeiros anos da Educação Básica e ser incluído na escola regular nos últimos anos, no Ensino Médio e principalmente no Ensino Superior.

O primeiro sinalizador para a inclusão do surdo no ensino regular data de 1961, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) aponta o direito dos “excepcionais” à educação, sendo preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Nos anos seguintes foram criadas diversas políticas a respeito do atendimento educacional às pessoas especiais.

Durante um período extenso na história das legislações voltadas a esse grupo social, apenas a Educação Básica era alvo de discussões e disputas políticas. Foi apenas em 1991, com o Decreto nº 3.298/91 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, que apareceu pela primeira vez uma referência a respeito do ingresso desses sujeitos no Ensino Superior, porém de forma ainda muito superficial, apontando no artigo 27 a obrigação do oferecimento de adaptações em provas e apoios necessários, inclusive no processo seletivo para o ingresso.

Uma década depois, em 2002 foi publicada a Lei nº 10.436/02, que é considerada um marco importante na luta surda, pois reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão em todo o território brasileiro. No ano seguinte a Portaria nº 3.284 dispôs sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ao ensino superior. Foi a primeira vez que um documento tratou mais especificamente das necessidades dos surdos no Ensino Superior, apontando a necessidade de dispor, sempre que necessário, de interprete de Libras/Língua Portuguesa, principalmente nos momentos de realização e revisão de provas; adotar flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conhecimento semântico; estimular o aprendizado da Língua Portuguesa, principalmente na modalidade escrita; e propiciar aos professores o acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística desse grupo.

Por fim, em 2005, foi promulgado o Decreto nº 5.626/05, que teve grande impacto nas instituições de Ensino Superior, pois estipula um prazo para que todas ofereçam a disciplina de Libras nos cursos de Fonoaudiologia, Pedagogia, Magistério, Educação Especial e Licenciaturas. E aponta também a garantia do direito à educação dos surdos, em seu artigo 23, apontando que:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS-Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. (BRASIL, 2005)

Esse conjunto de legislações é fruto de anos de luta dos sujeitos surdos pelos seus direitos e principalmente pelo respeito à diferença, pois esse grupo social vem sofrendo injustiças culturais e simbólicas ao longo de toda sua história. Como Fraser (2006) aponta, para solucionar essas injustiças é preciso percorrer um caminho de lutas por reconhecimento, onde se busque a valorização positiva das identidades e dos produtos culturais do grupo. Esta luta pode ser realizada de duas maneiras. A primeira é por meio de ações afirmativas, através da manutenção dessas diferenças. Pensando no Ensino Superior, uma possibilidade seria a criação de cotas para o ingresso de jovens surdos, garantindo, então, a possibilidade de acesso a esse nível de ensino. A segunda maneira consiste em ações transformativas, onde a luta se daria através de uma reestruturação geral do sistema de ensino. Para as duas possibilidades existem riscos, portanto é preciso ficar atento. Com relação às soluções afirmativas, pode-se criar novas injustiças culturais ou simbólicas ao não tomar o devido cuidado com o tempo e a forma de promovê-las. Já nas transformativas, pode-se acabar caindo em uma busca por uma condição utópica, sem valorizar apenas ações.

Atualmente essa questão está sendo tratada pelos surdos e pesquisadores da área do ponto de vista afirmativo, principalmente pela questão linguística, considerando que a primeira língua dos surdos é a Libras e a segunda pode ser o Português na modalidade escrita, caracterizando, então, os surdos como sujeitos bilíngues e biculturais, já que a língua é elemento fundamental de desenvolvimento de uma cultura (PERLIN, QUADROS, 2006) É através da concepção de biculturalismo que se acredita ser fundamental a luta pelo reconhecimento afirmativo.

O jovem surdo universitário

A juventude é vista, por vezes, de forma depreciativa, como sendo um período de instabilidade e crises em contraposição com a fase da vida adulta, considerada um período de estabilidade e rigidez. Realmente os jovens passam por um período de incertezas e de tomada de decisões, porém essas questões não são exclusivas dessa etapa da vida. Os problemas enfrentados pelos jovens são muitas vezes considerados problemas juvenis, e vistos como questões de menor valor, porém esse pensamento está completamente equivocado, pois esses não são problemas juvenis e sim problemas humanos enfrentados

por jovens, os mesmos também são enfrentados por adultos durante toda a vida, a diferença é que aparecem na juventude, e por isso, nessa época da vida são apresentados de maneira mais intensa. Na área da sociologia da juventude, defende-se outro ponto de extrema importância que consiste na noção de que não existe apenas uma forma de ser jovem, em outras palavras, as características da juventude não são universais e atemporais, elas dependem de diversos fatores históricos, culturais e sociais.

Uma questão que é enfrentada pela maioria dos jovens, mas também por muitos adultos, é o ingresso no Ensino Superior. As vagas não são suficientes para a procura e em grande parte do país as escolas de Educação Básica possuem muitos problemas, além da questão dos vestibulares, que são uma discussão à parte, mas que contribuem em grande medida para que muitos jovens acabem não tendo a oportunidade de ingressar nesse nível de ensino. Para os surdos essa questão fica ainda mais complicada devido sua especificidade linguística, já que, em sua maioria, possuem a Libras como primeira língua e o Português na modalidade escrita como segunda língua, possuindo então, necessidades específicas na realização e correção das provas de ingresso. Porém, apesar das conquistas políticas alcançadas, que foram abordadas anteriormente, a realidade não condiz com o que se defende nos documentos oficiais, e isso não ocorre apenas com relação à questão dos surdos e sim com a educação em geral, em todos os níveis.

Para ilustrar melhor esse panorama, apenas a título de exemplo, o último censo divulgado pelo IBGE nos mostra que no ano de 2010, havia 40.982.604 brasileiros entre 18 e 29 anos, sendo 822.123 surdos. O censo não nos mostra uma porcentagem relativa apenas a esta faixa de idade, porém apresenta os dados gerais, onde consideram indivíduos dos 15 aos 64 anos, através desses dados é possível observar que 3,4% da população total do Brasil teve acesso ao ensino superior em 2010, enquanto apenas 0,02% dos surdos tiveram acesso, o que corrobora com a premissa de que os surdos não têm as mesmas possibilidades de acesso às instituições de ensino superior que os demais indivíduos.

Embora muito significativa, o ingresso é apenas o primeiro obstáculo enfrentado quando se trata do Ensino Superior. Para os jovens em geral a permanência é um dos maiores desafios, como aponta Sampaio:

O contexto universitário é desafiador para todos os jovens. Problemas de adaptação à vida acadêmica e às obrigações que ela impõe conduzem muitas vezes ao fracasso e ao abandono. Para conseguir assimilar as novas informações e os novos conhecimentos, eles precisam contornar as falhas da trajetória escolar anterior, como deficiências de linguagem, inadequação das condições de estudo, falta de habilidades lógicas, problemas de compreensão em leitura e dificuldade de produção de textos (Sampaio, Santos, 2002)

Além dessas questões relativas às dificuldades de aprendizagem apontadas por Sampaio, que são apresentadas á todos os universitários, há questões ainda mais complicadas, principalmente para os jovens surdos, que dizem respeito à socialização e sociabilidade. Pela questão da especificidade linguística e da cultura surda, as relações entre os alunos ouvintes e surdo, e estes com professores e funcionários ficam abaladas.

A produção sobre jovens surdos e a vida acadêmica

Por ser um grupo social que vem conquistando maior visibilidade, na última década alguns pesquisadores, ainda em pequeno número, vêm se interessado em estudar os surdos. O primeiro grupo a surgir foi o GES (Grupo de Estudos Surdos) na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que publicou a partir do ano de 2005 uma série de 4 livros² com coletâneas de textos na área da Educação, Linguística, Artes e História da surdez, escritos por pesquisadores surdos e ouvintes, tendo como principal base teórica os autores da Escola de Chicago. Existem outros grupos de menor visibilidade em algumas universidades, porém sua produção ainda não é muito significativa.

Entre os estudos publicados pelo GES, o jovem surdo não aparece em nenhum momento como objeto central, o foco está sempre voltado às questões de aprendizagem, de comunicação e de expressão da cultura surda, tendo como sujeitos analisados crianças e jovens, apenas como categoria etária, não os conceitualizando como grupos sociais.

Para ter uma ideia mais concreta da produção em torno dos jovens surdos é de grande importância observar a produção discente do país, pois ela mostra o que de mais recente tem sido pesquisado, para tanto foi analisado o Estado da Arte sobre a juventude na pós-graduação brasileira, (nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social) (SPOSITO, 2009), onde é possível observar que de um universo de 1427 trabalhos publicados entre os anos de 1999 e 2006, apenas 8 dissertações de mestrado, todas da área da Educação, abordavam questões referentes aos jovens surdos, em sua maioria defendidas no final do período da pesquisa, que coincide com o início dos estudos do GES e a publicação do Decreto 5.626/05, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

² QUADROS, R. M. (org.) Estudos Surdos 1. Série Pesquisas. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2006; QUADROS, R. M. (org.) Estudos Surdos 2. Série Pesquisas. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2007; QUADROS, R. M. (org.) Estudos Surdos 3. Série Pesquisas. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2008; QUADROS, R. M. (org.) Estudos Surdos 4. Série Pesquisas. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2009.

Tabela 1- Dissertações da área da Educação defendidas entre 1999 e 2006 que tem o jovem surdo como objeto de estudo.

Autor	Título	Ano	Instituição	Estado
TARTUCI, Dulcéria.	A experiência escolar de surdos no ensino regular: condições de interação e construção de conhecimento	2001	UNIMEP	São Paulo
MENDONÇA, Suelene R. D.	Refletindo sobre o processo de escolarização de alunos surdos: um estudo sobre a constituição da identidade	2002	PUC-SP	São Paulo
SANTOS, Wanderley J. P.	Do ensino médio à universidade: trajetória escolar de alunos surdos formados em uma escola especial de São Paulo, no período de 1965 à 1996.	2002	PUC-SP	São Paulo
ALVES, Teresa C. L. S.	Educação de surdos: anotações de uma professora surda.	2005	UNISO	São Paulo
BECHE, Rose C. E.	A sexualidade do surdo: retalhos silenciosos na constituição da sua identidade.	2005	UFSC	Santa Catarina
CECHINEL, Lenita C.	Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Superior: um estudo do uso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de acesso ao conhecimento científico.	2005	UNIVALE	Santa Catarina
NEBEL, Marita Z.	Mãos que falam da construção de identidades surdas na escola ouvinte.	2006	UFPEL	Rio Grande do Sul
ABORELLI, Marli A.	O processo de inclusão do aluno surdo: expressões sobre o cotidiano escolar.	2006	UNISO	São Paulo

Como foi possível observar através dos títulos destes 8 trabalhos, apenas 2 versam a respeito de elementos relativos aos jovens surdos no ensino superior, o que aponta para a necessidade de realização de mais estudos a cerca desse tema. Por se tratar de uma pesquisa que engloba os trabalhos publicados até o ano de 2006, pode-se considerar que alguma mudança nesse cenário pode ter ocorrido, e que tenha havido um aumento no numero de trabalhos que versem sobre esse tema, portanto essa questão será investigada no decorrer do desenvolvimento da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida.

Considerações Finais

Através da análise da trajetória de luta dos surdos com relação ao direito à educação, mais especificamente ao ingresso no Ensino Superior e as primeiras dificuldades enfrentadas ao tentar ingressar nesse nível de ensino, e ao observar a lacuna na produção acadêmica sobre esse assunto, foi possível obter elementos fundamentais para o desenvolvimento do projeto que está sendo iniciado.

A pesquisa buscará entrevistar jovens surdos, levando em consideração as suas especificidades da cultura surda, para entender quais são suas perspectivas em relação sua própria condição de jovem, com ênfase nas expectativas e desafios presentes tendo em vista o ingresso e a permanência no Ensino Superior e quais elementos de sua trajetória até o presente momento possam ter influenciado nessas perspectivas. Buscar-se-á compreender, também, quais são suas dúvidas e angústias a respeito dessa transição e se eles se sentem preparados para essa nova fase, tanto do ponto de vista pessoal como de recepção da sociedade.

Aproximando-se do conceito de "prova" de Martuccelli (2007, 2010 e 2012), através das questões postas nas entrevistas será realizado um exercício para entender quais teriam sido as grandes dificuldades estruturais enfrentadas por esses jovens ao longo de sua trajetória escolar, com ênfase para os anos da juventude e os recursos utilizados para enfrenta-las que tenham contribuído para sua formação enquanto indivíduos, trazendo-os para a situação atual, na qual se veem ou não em condições de ingressar em um ensino superior.

Referências

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

BRASIL, decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – Libras e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CANCLINI, Nestor. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”, *Cadernos de Campo*: São Paulo. N. 14/15, 2006.

IBGE, Censo demográfico de 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2012

MARTUCCELLI, Danilo. *Cambio de rumbo – la sociedad a escala del individuo*. Santiago, Ed. LOM, 2007.

MARTUCCELLI, Danilo & De SINGLY. *Las sociologías del individuo* [2009], Santiago, LOM Ediciones, 2012.

MARTUCCELLI, Danilo. *¿Existen individuos en el Sur?*, Santiago de Chile, LOM Ediciones, 2010.

PERLIN, Gladis, QUADROS, Ronice. Ouvinte: o outro do ser surdo. In: QUADROS, R. M. (org.) *Estudos Surdos 1. Série Pesquisas*. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2006

SAMPAIO, I. S., SANTOS, A. A. A. *Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção*. *Psicologia em Estudo*, 2002

SPOSITO, M. P. *O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social* (1999-2006).. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.